

CAROLINA MORAES MIGLIAVACCA

# AMICUS CURIAE NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015

SUAS DUAS FUNÇÕES

Londrina/PR  
2021

  
**THOTH**  
EDITORA

Dados Internacionais de Catalogação na  
Publicação (CIP)

Migliavacca, Carolina Moraes.  
*Amicus Curiae* no Código de Processo  
Civil de 2015: suas duas funções /  
Carolina Moraes Migliavacca. –  
Londrina, PR: Thoth, 2021.

223 p.

Bibliografias: 205-222

ISBN 978-65-5959-033-9

1. *Amicus curiae*. 2. Intervenção de Terceiros.  
3. Participação Democrática. I. Título.

CDD 341.46

**Diagramação e Capa:** Editora Thoth

**Revisão:** Cláudia Vanessa Bergamini.

**Editor chefe:** Bruno Fuga

**Coordenador de Produção Editorial:** Thiago  
Caversan Antunes

**Diretor de Operações de Conteúdo:** Arthur  
Bezerra de Souza Junior

#### Conselho Editorial (Gestão 2021)

Prof. Me. Anderson de Azevedo • Me. Aniele  
Pissinati • Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior  
• Prof. Me. Alberto Shinji Higa • Prof. Dr. Arthur  
Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr. Bruno Augusto  
Sampaio Fuga • Prof. Dr. Clodomiro José Bannwart  
Junior • Prof. Me. Daniel Colnago Rodrigues • Prof.  
Dr. Fábio Ricardo R. Brasilino • Prof. Dr. Flávio  
Tartuce • Esp. Gabriela Amorim Paviani • Prof. Dr.  
Guilherme Wunsch • Prof. Me. Ivan Martins Tristão  
• Prof. Esp. Marcelo Pichioli da Silveira • Prof.  
Dra. Marcia Cristina Xavier de Souza • Esp. Rafaela  
Ghacham Desiderato • Prof. Dr. Rita de Cássia  
R. Tarifa Espolador • Prof. Dr. Thiago Caversan  
Antunes • Prof. Dr. Zulmar Fachin

#### Índices para catálogo sistemático

1. Direito Processual Civil : 341.46

---

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra  
sem autorização. A violação dos Direitos Autorais é  
crime estabelecido na Lei n. 9.610/98.

Todos os direitos desta edição são reservados  
pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se  
responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por  
seus autores.

---

# SUMÁRIO

SOBRE A AUTORA .....	7
APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO .....	9
APRESENTAÇÃO .....	11
PREFÁCIO .....	13
INTRODUÇÃO .....	17

## CAPÍTULO 1

CONTEXTO E CONCEITO DE <i>AMICUS CURIAE</i> NO DIREITO PROCESSUAL CIVIL BRASILEIRO .....	23
1.1 O advento do artigo 138, do código de processo civil brasileiro ...	29
1.1.1 A inserção como forma de intervenção de terceiros.....	32
1.1.2 Fundamentos objetivos para a intervenção pelo art. 138, CPC.....	46
1.1.2.1 Relevância da matéria.....	52
1.1.2.2 Especificidade do tema objeto da demanda.....	55
1.1.2.3 Repercussão social da controvérsia .....	58
1.1.3 Fundamentos subjetivos: quem pode ser <i>amicus curiae</i> ?.....	62
1.1.3.1 A demonstração da representatividade adequada.....	70
1.1.4 Tratamento recursal do <i>amicus curiae</i> .....	77
1.1.5 Os poderes do <i>amicus curiae</i> definíveis pelo juiz (art. 138, § 2º, CPC) .....	83
1.2 As duas funções do <i>amicus curiae</i> : instrutória e representativa e as regras procedimentais mais adequáveis a cada uma .....	86

## CAPÍTULO 2

O <i>AMICUS CURIAE</i> INSTRUTÓRIO: PARALELO COM A EXPERIÊNCIA ESTADUNIDENSE PARA A IDENTIFICAÇÃO DE REGRAS PROCESSUAIS MAIS ADEQUADAS.....	97
2.1 Quem é o <i>amicus curiae</i> instrutório.....	100

2.1.1 Por que ele é diferente do perito.....	109
2.1.2 Por que ele é diferente do especialista na “prova técnica simplificada” .....	113
2.1.3 Por que ele é diferente do assistente técnico ou do parecerista contratado pela parte.....	114
2.2 Critério de escolha do(s) <i>amicus (amici) curiae</i> instrutório(s).....	115
2.3 Quantidade de <i>amici curiae</i> instrutórios em um mesmo processo..	122
2.4 Momento e forma da intervenção do <i>amicus curiae</i> instrutório .....	130
2.5 Poderes, deveres e ônus processuais do <i>amicus curiae</i> instrutório ..	140

### CAPÍTULO 3

#### O *AMICUS CURIAE* REPRESENTATIVO: A LEGITIMAÇÃO DEMOCRÁTICA DAS DECISÕES PARA A IDENTIFICAÇÃO DE REGRAS PROCESSUAIS MAIS ADEQUADAS .....

3.1 Quem é o <i>amicus curiae</i> representativo e o fundamento na legitimação democrática para sua intervenção .....	149
3.2 Critério de escolha do(s) <i>amicus (amici) curiae</i> representativo(s).....	161
3.3 Quantidade de <i>amici curiae</i> representativos em um mesmo processo .....	174
3.4 Momento e forma da intervenção do <i>amicus curiae</i> representativo	178
3.5 Poderes, deveres e ônus processuais do <i>amicus curiae</i> representativo.....	188
3.6 A combinação das funções instrutória e representativa em um mesmo <i>amicus curiae</i> : preponderância do tratamento processual como função representativa .....	193

CONCLUSÕES.....	197
REFERÊNCIAS.....	205